

BOLETIM

O TRABALHO

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores

Enfermeiros, Médicos, Autoeuropa, Orçamento para 2018

Simple Alternativa: Planos de Bruxelas ou Direitos dos Trabalhadores?

A escolha simples posta a cada organização política e sindical que fala em nome dos trabalhadores

Está em discussão pública o Orçamento de Estado 2018. Pela voz do 1º Ministro, no discurso de “rentrée” do PS, diz o governo que, uma vez virada “a página da austeridade”, agora é tempo de dar continuidade aos “bons resultados”. (...) António Costa garantiu ainda que o Orçamento do Estado para 2018 (...) “seguramente vai continuar a prosseguir uma trajetória de controlo do défice”, porque só assim se pode reduzir a dívida pública, bem como continuar a estimular o investimento para o país continuar a crescer e a criar emprego.” O 1º Ministro deixa ao cuidado do Presidente do PS, Carlos César, mencionar os



aliados: “Contamos no parlamento e fora dele com todos os partidos de boa vontade e em especial com os nossos partidos aliados, com o BE, com o PCP, com o PEV, com quem trilhamos um caminho comum. Com eles no parlamento e não só, queremos continuar a partilhar a ambição e ao mesmo tempo o sentido da responsabilidade, (...) demonstrando que à esquerda continua a estar a segurança da estabilidade política, o ambiente positivo para os investidores e para os criadores de emprego” (Lusa, 26/8/17).

O governo promete governar para: contentar os investidores; satisfazer as “metas” do défice; aplicar as “reformas” mandadas pela UE. Portanto: diminuir o défice; e pagar a dívida. Que mais?

Lamentavelmente, não sobra nada para satisfazer as reivindicações dos trabalhadores, como os enfermeiros em luta, médicos e muitas outras categorias estão a notar... Por exemplo, o ministro da saúde, como o 1º ministro, dizem que os enfermeiros têm toda a razão. Só que... as reivindicações não podem ser contempladas. Não há dinheiro (depois de pagar a dívida, reduzir o défice e contentar os investidores). Satisfazer os enfermeiros custaria “ao país” 126 milhões de euros, diz a Administração de Saúde (Público, 15/9/2017). Os

juros da dívida custam “ao país” algo mais de 8 mil milhões/ano: sessenta e tal vezes mais...

Alguém agradece? Sim. Agradece, por exemplo, o FMI. Na sua recente visita a Portugal, o fundo reconheceu em “tom elogioso que não tem sido muito frequente, que Portugal realizou um progresso notável durante o último ano na redução das incertezas em torno dos riscos de curto prazo”. Em particular (...) ao nível da contenção da despesa pública — que permitiu que as metas para o défice fossem alcançadas e país saísse do Procedimento por Déficit Excessivo (...) O FMI diz que é neste cenário de maior estabilidade que se assiste a uma retoma das exportações — com um peso grande do turismo (...), já em relação aos anos seguintes a instituição mantém o seu cepticismo em relação à capacidade da economia portuguesa. (...) o crescimento do turismo deve tornar-se bem mais moderado depois do desempenho impressionante dos últimos anos; os níveis mínimos históricos que se registam na poupança tornam difícil uma aceleração do consumo (...) O FMI defende que o Governo aplique no próximo ano medidas que resultem num ajustamento estrutural primário de 0,5% do PIB, cerca de 950 milhões de euros, baseada numa reforma duradoura da despesa pública (...) o FMI deixa conselhos para o próximo ano: ‘a consolidação orçamental continua a ser essencial’, mas deve ser feita ‘com base numa reforma duradoura de redução de despesa’, nomeadamente através da ‘contenção da fatura com salários’ na Administração Pública (...) em linha com os compromissos de Portugal no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento. (...) ‘Portugal definiu um caminho ambicioso de consolidação para a fatura com os salários públicos nos anos entre 2017 e 2021’, escreve o Fundo, recordando que no Programa de Estabilidade o Governo comprometeu-se com uma redução da fatura com salários de 11,3% do PIB em 2016 para 10% em 2021” (Público, 15/9/2017).

Para fazer tudo isto, Carlos César diz que conta com BE e PCP, dentro e fora do Parlamento.

Mas a troco de quê? Podem BE e PCP aceitar que os trabalhadores tenham muita razão em tudo, mas, infelizmente, não levem nada, pois “não dá”?

Ao que parece, a troco de medidas “simpáticas”, que “acabem com abusos”, mas não custem dinheiro. Assim, António Costa foi ao Parlamento criticar valentemente a MEO, para grande aborrecimento do PSD e CDS. O PS saiu a terreiro a dizer que aceitava mexer no Código do Trabalho para travar novos casos PT/MEO:

(cont. p. 2)

Editorial (cont.)

“Os deputados socialistas estão a ultimar uma proposta de alteração ao Código do Trabalho que reforce algumas das normas relacionadas com a utilização da figura da “transmissão de empresa ou estabelecimento”.

Claro que impedir despedimentos encapitados em transferências abusivas é importante para os trabalhadores, da PT ou de qualquer empresa.

Mas importante, importante, é que os deputados do PS, do BE e do PCP revoguem a legislação laboral dos governos anteriores! Importante é descongelar carreiras, aumentar salários de miséria, repor a contratação colectiva! Não é isso que tem de exigir claramente a direcção da CGTP? E exigi-lo de maneira que se perceba? Isto é, na rua, na greve unida até à satisfação das reivindicações?

Ou será que, como isso não dá contento aos investidores e é mal visto por Bruxelas, tem que ficar para outra vez, para “quando houver dinheiro” (bem entendido: depois de os credores da dívida e os “investidores” se servirem; isto é, no dia de São Nunca, pela tardinha)?

O busílis é mesmo este: ou se contentam Bruxelas, os usurários e os “investidores” (numa palavra, o capitalismo); ou se contentam os trabalhadores.

Tem toda a razão o governo em dizer que é impossível contentar ambas as partes.

O que põe tudo bastante fácil: no fundo, cada força política só tem que dizer quem quer contentar: os trabalhadores? Ou os capitalistas? O resto segue.

Recorde-se onde estamos, por exemplo na saúde: *“O peso das despesas públicas com saúde diminuiu 5% nos últimos 15 anos, passando para o lado das famílias ... de 70%, entre os anos de 2000 e 2003, para menos de 65% no ano pas-*

sado. No mesmo período, os encargos das famílias passaram de 23,8% para 27,4%, segundo as contas do INE. O essencial desta redução está concentrado nos subsistemas de saúde públicos, que sofreram um profundo ataque, particularmente entre 2008 e 2015 (...). Entre estes, contam-se a ADSE (funcionários públicos), a ADM (forças armadas), o SAD/GNR e o SAD/PSP, entre outros.” (<https://www.abrilabril.pt/nacional/ine-revela-desinvestimento-publico-na-saude-nos-ultimos-15-anos>). Como comenta o citado site, *“O desinvestimento no sector ao longo dos últimos anos teve como consequência a degradação do serviço prestado pelas unidades e das condições de trabalho dos profissionais de saúde.”*

Então vamos fazer contas. O governo comprometeu-se com a UE/Bruxelas/FMI a economizar 950 milhões nos gastos públicos em 2018, nos termos do Pacto de Estabilidade. É a reduzir a factura com os salários públicos de 11,3% do PIB em 2016 para 10% em 2021. Conclusão: não “pode” descongelar as carreiras na Função Pública, não pode pagar aos enfermeiros nem aos médicos, nem a ninguém. É ao que leva, naturalmente, a subordinação aos ditames da UE/Bruxelas/FMI, do Tratado Orçamental e do PEC.

Porém, tanto o PCP como o BE dizem que, negociando este Orçamento, se pode ir mais longe nas políticas sociais. “Negociando” que o governo de repente rompe com a UE e pode usar o Orçamento de outra maneira? Nem eles o dizem nem ninguém acreditaria. Ou negociando maneiras de os trabalhadores aguentarem mais austeridade com pós de cosmética?

Os trabalhadores e os militantes saberão tirar conclusões. Têm razão os enfermeiros, os médicos, os funcionários, todos os trabalhadores que exigem as suas reivindicações. Eles e só eles mostram a saída. ■

A exploração da emigração

“Trabalham, descontam, mas estão ilegais”

Segundo os jornais, nos últimos anos emigraram 400 mil jovens portugueses, da geração mais qualificada de sempre. Portugal sempre foi um país de emigração, teve colónias um pouco por todo o mundo. Os 48 anos de fascismo levaram muita gente a emigrar e a pedir asilo político para fugir à miséria e às prisões.

Porém, criam-se inúmeros obstáculos a quem, vindo de fora, pede para legalizar a sua situação para poder residir em Portugal. Pode demorar dois ou três anos a conseguir autorização de residência, em certos casos muito mais, 5, 6. Para legalizar a situação é preciso contrato de trabalho, e um contrato de trabalho requer o salário mínimo nacional e descontos para a Segurança Social. O patronato aproveitava-se da situação e explora e escraviza estes trabalhadores.

Conta o DN que o trabalhador guineense Soares da Costa chegou a Portugal em 2009. Só em 2015 conseguiu contrato de trabalho na indústria das madeiras em Caldas da Rainha. Lurdes Tavares, de Cabo Verde, chegou a Portugal em 2013, já com família cá. Nos dois empregos em que trabalhou, era: o contrato “vem um dia destes”, “no final do mês”. Os meses passaram. Quando consegue um contrato e descontos, depois de 4 anos a trabalhar, e pede a legalização, o SEF dá-lhe ordem de saída do país em 2017.

Emigrantes de fora da UE que pretendam vir viver para Portugal vindos do espaço Schengen (a maioria dos países da UE), com contrato de trabalho ou promessa dele como manda a lei, não recebem autorização de permanência se entretanto o visto de entrada no espaço Schengen caducar.

Sem contar os dramas familiares daqueles que, como antigamente os portugueses, querem trazer as famílias, em busca de uma vida sem guerras. Trabalhadores pobres de países asiáticos (Paquistão, Bangladesh), nomeadamente, a quem se prometeu que “na Europa tudo é melhor”.

Os que cá vivem sabem que isso não é verdade. A política da U.E. tira direitos em todos os países. Aqui se organizam, via NATO, as guerras para saquear as riquezas dos países de onde vêm os refugiados e emigrantes. Os povos que aspiram a uma vida de paz vêm de Europa com outra visão. Cabe-nos a nós, a todos os que disso têm consciência, combater a participação nas guerras, exigir a saída da Nato e organizar a solidariedade com todos os que cá estão: mesmas condições, mesmos direitos, para todos os que trabalham, naturais ou imigrantes.

■ JSH

Os trabalhadores da Autoeuropa lutam pelos seus direitos

Os trabalhadores da Autoeuropa votaram em referendo contra a proposta apresentada à saída do acordo entre a CT e a Administração e fizeram greve para exigirem a sua renegociação.

Para certos escribas às ordens dos que querem baixar ordenados e direitos dos trabalhadores na Autoeuropa como nas outras empresas, aqui-del-rei! que os trabalhadores desta empresa já são “muito bem pagos”. Toca de ameaçar com a deslocalização da empresa, a perda de postos de trabalho e todo o habitual arsenal.

Falam muito, mas não falam esses senhores da greve de junho deste ano, durante seis dias, na fábrica da VW de Bratislava/Eslóvquia, por 16% de aumento salarial. A presidente da companhia na Eslováquia também disse na altura

que a greve era irresponsável e punha em perigo os postos de trabalho... No fim, os trabalhadores obtiveram 14,1% de aumento e um prémio anual de 500 euros. Foi (também!) a 1ª greve naquela empresa desde a sua inauguração em 1991. Segundo a imprensa, o salário médio na empresa eslovaca da VW é 1.800 euros mensais (na Autoeuropa era em 2013 de 1.340 euros, segundo a CT). Curiosamente aqui acaba o paralelo: o primeiro ministro eslovaco disse apoiar os trabalhadores

por não se justificar eles ganharem 30% menos do que os seus colegas na Alemanha por trabalho idêntico (*Le Parisien*, 20/6/2017).

Mas, no meio da habitual demagogia e mentiras anti-greve destiladas pela imprensa e por membros do governo, porque veio o ex-coordenador da CT da Autoeuropa (membro do BE) acusar, segundo os jornais (*Jornal de Negócios*, 26/8/2017), a CGTP e o PCP de populismo? Não foram os trabalhadores que votaram por considerável maioria a recusa do acordo negociado pela CT? Não foi, aliás, essa mesma CT que introduziu na empresa a submissão a referendo de cada proposta de acordo, dando, assim a última palavra aos trabalhadores e cumprindo a democracia operária?

Não têm os trabalhadores o direito de lutar pelos seus direitos sem serem acusados de manipulação, seja pela CGTP, pela UGT, pelo PCP ou pelo BE? Os trabalhadores, os da Autoeuropa como os de todo o país, querem a unidade porque precisam dela para ganhar. Precisam que, uma vez uma proposta votada,

se realize a unidade em torno do votado, quaisquer que tenham sido as posições anteriores de cada um. É um princípio do movimento operário, porque os trabalhadores sabem que, para verem satisfeitas as suas reivindicações, é precisa a unidade na acção de todas as suas componentes políticas e sindicais.

Os trabalhadores votaram. Quando houver novas propostas da administração, volte-se a discutir e volte-se a votar. Antes: unidade pelas reivindicações!

Os trabalhadores da Autoeuropa não querem o trabalho obrigatório ao sábado. O fim de semana de



descanso obrigatório ao sábado e domingo é uma conquista de longa data do movimento operário. Até aqui, só se trabalhava aos sábados quando havia picos de produção, e esse trabalho era pago como extraordinário (a 400 euros por mês para 4 sábados trabalhados). Agora, a administração quer organizar três turnos diários, de segunda a sábado; oferece um adicional de 175 euros, um dia de férias anual e 25% de subsídio de turno. Os trabalhadores não só perderiam o direito ao fim de semana de descanso obrigatório, como perderiam dinheiro em relação à situação actual (um máximo de 400€ passaria a 175€).

Como muitas outras empresas, a Autoeuropa paga impostos mínimos. E praticamente só gasta no país os salários que paga aos trabalhadores.

Têm toda a razão os trabalhadores da Autoeuropa nas exigências que fazem: melhores salários e direitos. É do que todos precisamos após anos de estagnação e cortes salariais. Para isso, precisamos de CT e sindicatos que não verguem face ao patronato e realizem a unidade. ■ JSH

Greve dos enfermeiros Não à divisão dos trabalhadores!

Este mês de Setembro, dois dos três sindicatos dos enfermeiros (SE e SIPE), os ligados à UGT, apelaram a uma greve de cinco dias. Ficou de fora o sindicato da CGTP. Pergunta-se: porquê?

Mais perguntas ocorrem: não têm todos os enfermeiros as mesmas reivindicações? Porque não apelam os sindicatos da CGTP à greve? Porque não participam na negociação sobre as reivindicações dos enfermeiros em conjunto com a UGT? Porque aceita o Sindicato dos Enfermeiros de Portugal (SEP-CGTP), ir negociar com o governo enquanto está a decorrer a greve? Isso não é boicotar a greve? E porque vem agora o SEP apelar, por sua vez, a uma greve separada, por as suas negociações com o governo não terem surtido efeito?

O governo não se reúne com os grevistas, mas reúne-se com os não grevistas. José de Azevedo, do SE, chamou a estas reuniões "*manobras de diversão*". Os enfermeiros saberão tirar as conclusões destas práticas divisionistas.

Os enfermeiros em greve manifestaram-se em vários pontos do país. Em frente ao Centro Hospitalar de São João, no Porto, gritava-se: "Enfermeiros unidos jamais serão vencidos!"

"Queremos uma carreira!" entoavam, em coro, entre o nevoeiro, junto ao São João, onde, segundo o presidente dos Sindicatos dos Enfermeiros (...), a adesão chegou aos 100%." (...) "De microfone na mão, Mário Sousa detalhava as reivindicações: "35 horas de trabalho para todos, aumentos salariais, progressão na carreira. "Queremos que haja enfermeiro generalista, enfermeiro graduado, enfermeiro especialista, enfermeiro chefe." "Trabalho nocturno, feito a partir das 20h, aos sábados à tarde, domingos e feriados, pago a 100% e não a 50%."

As razões desta greve são claras e óbvias; e justas

Os enfermeiros estão há vários anos sem aumentos e com as carreiras congeladas desde 2005. Em 2009, passaram a existir apenas duas categorias: enfermeiro e enfermeiro principal. Todos ganham os mesmos ordenados, com especialidade ou não, e existe grande precariedade no sector.

Os enfermeiros reivindicam a categoria de especialista na carreira de enfermagem e correspondente aumento salarial; nova tabela salarial para todos os enfermeiros — a tabela não é revista desde 2005; 35 horas de trabalho (como na Função Pública), limitação dos contratos a termo, incluindo os recibos verdes.

A categoria de especialistas de enfermagem em obstetrícia e saúde materna considera entregar os títulos de especialidade na Ordem dos Enfermeiros caso a sua situação não seja revista pelo governo. Outras especialidades em enfermagem (saúde infantil e pediátrica, reabilitação e saúde médico-cirúrgica) admitem seguir o exemplo dos colegas. Muitos procedimentos hospitalares não podem, por lei, decorrer sem a presença de enfermeiros especializados.

O governo considera a greve ilegal e ameaça os grevistas de represálias (disciplinares, cívicas, faltas injustificadas).

A greve de protesto dos enfermeiros teve uma adesão nacional de 85%, com cirurgias canceladas e serviços a meio gás. Os trabalhadores estão espontaneamente a garantir os mínimos, protegendo os utentes.

Porque não aceita o governo discutir as reivindicações dos enfermeiros em greve?

Porque o primeiro (e único verdadeiro) compromisso do governo é cumprir as metas impostas por Bruxelas. Para isso, tem de reduzir o défice orçamental. Satisfazer as reivindicações dos enfermeiros, quando se perfilam todos os outros sectores de enfermagem, médicos, professores, mas também os outros funcionários públicos, todos com as carreiras congeladas,

significaria arriscar o objectivo do défice. Isso mesmo diz ao *Público* o secretário de Estado M. Delgado, para quem governar nestas condições é "*um tormento*" (28/9/2017)

O governo de António Costa prestou juramento a Bruxelas. Dispôs-se, como o seu antecessor, a continuar o programa de diminuição do défice. Só muda a forma: acordos com os sindicatos, para os neutralizar; reposição do que mais gravosamente fora cortado por Passos Coelho (partes de salários e reformas, as 35 horas para alguns sectores da Função Pública); e um monstruoso desinvestimento público para "equilibrar as contas".

Fazendo-se executor dos compromissos com Bruxelas, o governo põe-se forçosamente do lado dos banqueiros e especuladores, contra os trabalhadores e contra os seus próprios eleitores. ■ **JSH**



Ficha técnica

Publicado pelo grupo "A Internacional";
Endereço mail: a.internacional.pt@gmail.com;

Responsável: José Júlio Santana Henriques
Página web: <http://ainternacional.pt>

Macron, União Europeia e estratégias de destruição das conquistas

Por detrás da política de desmantelamento da legislação laboral do novo presidente francês, Macron, em quem tantos comentadores vêem um “político desempoeirado”, está o grande capital e a sua “União Europeia”. Exagero?

Em 31 de Agosto, dia em que em França saiu o pacote anti-laboral, o *Wall Street Journal*, jornal do capital financeiro mundial como o nome indica, rejubilava com “*a libertação do trabalho em França (...)*”. *Le Figaro*, afecto ao patronato francês, referia “*36 medidas que marcam uma ruptura no Código de Trabalho (...)*”. O ministro do trabalho francês referia que “*tudo passa a ser possível nas empresas*”.

No *Público* de 12 Setembro passado, Manuel Carvalho da Silva (MCS) tecia considerações sobre a situação francesa e o seu governo. Dizia que lá se jogava o futuro do trabalho e de direitos sociais como a segurança social em toda a Europa.

Não resta dúvida de que o que o governo francês procura fazer é acabar com a contratação colectiva sectorial, passar tudo para “negociações” empresa a empresa. Os sindicatos ficariam arredados dos

processos negociais, perdendo força e capacidade de luta.

Em causa: tudo. Horários de trabalho, saúde, segurança no trabalho, despedimentos colectivos e individuais, indemnizações devidas em caso de despedimento. Chega-se a querer impor a fusão de estruturas sindicais e representativas, acabando com a autonomia sindical. Patrões de pequenas empresas (ou serviços) poderiam “negociar” com trabalhadores não eleitos ou mandatados pelos colegas, dispensando os sindicatos.

O patronato português e europeu aproveitará êxitos fora-de-portas — se os houver — para tentar destruir todas as conquistas: direitos sindicais, a segurança social. Rever a lei da greve ou até anulá-la, como propôs um ex-presidente da CIP. E que outra coisa se anda a fazer aos enfermeiros, pondo-os fora da lei?

Uma coisa é certa: em França como em Portugal, tal só poderá acontecer se sindicatos e organizações dos trabalhadores se deixarem derrotar. Os trabalhadores combaterão, se não os dividirem e desmoralizarem.

MCS foi durante muitos anos secretário-geral da CGTP. Ele sabe que os governos da UE aplicam as mesmas políticas anti-laborais.

Porque não o diz? Não é a política de Macron a política da UE, escrita preto no branco nas recomendações da Comissão à França? Não é a política laboral de Macron a que a Comissão manda aplicar em Portugal, Espanha, Itália, Alemanha?

MCS sabe, também, que os trabalhadores franceses não se irão acomodar a tal afronta. A questão é: que propostas se põem em cima da mesa para resistir e fazer retirar a contra-revolução legislativa, em França como em toda a UE?

Mais “jornadas de luta” sem fim até esgotar os trabalhadores? Ou apelarão os sindicatos e partidos da classe trabalhadora francesa à greve geral até a legislação anti-laboral ser retirada?

Cá em Portugal, que propostas têm os dirigentes da classe para obrigar a retirar a legislação anti-laboral Passos/Portas e fazer respeitar os sindicatos e a negociação colectiva? Disso não reza o discurso de MCS.

Essa é, essa será a responsabilidade dos dirigentes sindicais e políticos dos trabalhadores: apelar, em unidade, à mobilização geral até à retirada dessas leis gravosas e repressivas. Em França como em Portugal. ■

Ficha elucidativa à atenção do primeiro ministro português

A “Incompreensível Virulência” dos Enfermeiros

Declarou António Costa em entrevista à TSF no dia 29 de Setembro que tinha dificuldade em “*compreender a virulência do protesto dos enfermeiros*”.

Gostaríamos de dar alguns elementos, muito simples, para ajudar o primeiro-ministro a compreender.

Os trabalhadores elegeram o partido do primeiro-ministro e outros partidos que se reclamam do trabalho: para que eles olhassem pelos interesses do trabalho.

Não elegeram o PS e os outros partidos do trabalho para que os dirigentes desses partidos não tivessem dificuldade nenhuma em compreender os problemas do patronato português, do capital internacional, de Bruxelas e da banca.

Para isso tinham o PSD e CDS em quem votar.

É perfeitamente possível tomar o partido do capital, da UE, da austeridade eterna, da dívida sagrada.

É perfeitamente possível tomar o partido dos trabalhadores, dos seus salários, condições de vida e direitos.

É perfeitamente impossível tomar o partido de ambos.

Dizer que se pode tomar partido por ambos é tomar partido pelos capitalistas.

É o que faz os trabalhadores tornarem-se “virulentos”.

Abreviadamente, chama-se a isto: luta de classes.



O Povo Catalão Tem o Direito a Decidir do seu Destino

O executivo da Generalitat (governo autonómico) da Catalunha decidiu, com o apoio da sua maioria parlamentar, Junts pel Si e CUP*, organizar, no dia 1 de Outubro, um referendo que, em caso de vitória do ‘sim’, lançaria as bases de uma “República Catalã independente na Europa”.

Mariano Rajoy, chefe do PP e do governo central do Estado espanhol, saiu de imediato a terreiro a dizer que “*não vai haver referendo*”. Foi apoiado pelo PSOE e pelo partido de direita ‘liberal’ Ciudadanos.

No passado dia 11 de Setembro, dia da festa nacional da Catalunha (a Diada), centenas de milhares de manifestantes ocuparam Barcelona com cartazes que proclamavam “*Queremos votar*” e “*Sim à Independência*”.

Em 6 e 7 de Setembro, o Parlamento catalão aprovou as chamadas “leis de desconexão”, que entrarão em vigor em caso de vitória do ‘sim’. O Tribunal Constitucional espanhol suspendeu de imediato a aplicação destas leis, e o procurador geral do Estado espanhol levantou um auto contra os 750 presidentes de câmara que se comprometeram a organizar o escrutínio (há no total um pouco mais de 900).

O presidente do Parlamento europeu, Antonio Tajani, achou por bem declarar que “*qualquer acção contra a Constituição de um Estado-membro é um ataque contra a União Europeia*.”

A imensa mobilização da Diada foi a resposta a estes primeiros ataques.

Logo começaram, porém, a chover golpes contra a realização do referendo, qualificado de “*ilegal*” por vários jornalistas às ordens do poder (também em Portugal, onde para os mesmos escribas o poder supremo é a UE).

Foi proibido qualquer acto de propaganda do referendo e iniciou-se a caça aos boletins de voto nas tipografias e na sede do semanário *El Vallenc*. Proibiram-se — nomeadamente à CUP — intervenções, reuniões e difusões, confiscou-se material e detiveram-se militantes. A Guarda Civil apreendeu 100.000 cartazes de propaganda pelo ‘sim’. 55.000 voluntários às mesas de voto (presidentes, assessores e suplentes) foram ameaçados de inculpação por “*cooperação com acto ilegal*”.

A maioria independentista da Generalitat ignorou estas medidas, realizando em 14 de Setembro, como primeira manifestação de campanha, um comício em Tarragona, a que assistiram, apinhadas nas antigas arenas, mais de 10.000 pessoas, com milhares de outras à porta.

A 15 de Setembro, o Conselho de Ministros do governo central decidiu chamar a si o controlo do orçamento da Generalitat, para assegurar “que nenhum euro seja gasto em propaganda do referendo”. Sem o dizer, o governo dava assim aplicação ao artigo 155º da Constituição espanhola, que permite ao governo de Madrid suspender discricionariamente as prerrogativas das comunidades autónomas. Carles Puigdemont, presidente da Generalitat, equiparou esta



interdição à declaração do estado de excepção para a Catalunha.

A 16 de Setembro, uma assembleia dos 750 presidentes de câmara que organizam o escrutínio reuniu-se na sede da Generalitat em presença do executivo. Milhares de pessoas concentraram-se na praça Sant Jaume em seu apoio.

No mesmo dia, em Bilbau, no País Basco, uma manifestação de solidariedade com a Catalunha reuniu 20.000 pessoas, às palavras de ordem “Hoje a Catalunha, Amanhã o País Basco” e “Independência”.

No referendo organizado pela Generalitat, está em causa o direito do povo catalão a constituir-se como povo livre, liberto das cadeias opressivas da monarquia herdadas do franquismo e da União Europeia. A repressão policial e ditatorial que o governo de Madrid passou a aplicar é a demonstração categórica de que as instituições reaccionárias do Estado espanhol são um impedimento absoluto a reivindicações democráticas tão elementares como o direito de um povo a decidir, o seu legítimo direito à autodeterminação.

Os trabalhadores de toda a Espanha, não somente os da Catalunha, têm interesse em que o voto ‘sim’ vença. Seria um revés significativo para o edifício institucional pós-franquista encarnado na monarquia e no governo Rajoy e um primeiro passo para o seu desmantelamento.

A vitória do ‘sim’ — independentemente das intenções de alguns dos que lançam ou apoiam esta palavra de ordem — abriria caminho à realização da unidade da classe operária de toda a Espanha. A instauração de uma República catalã livre de tutelas de toda a índole, da monarquia franquista, da União Europeia, dos planos de austeridade de que ambas são garantes, tornou-se numa peça necessária para a constituição da união fraterna de todos os povos do Estado espanhol. ■

CUP: Candidatura de Unidade Popular, organização que junta diversas correntes, faz parte da maioria no Parlamento catalão, mas não participa no executivo.